

***Oh, pedaço arrancado de mim!:* reflexões sobre os mutilados angolanos por minas militares.**

Silvio de Almeida Carvalho Filho*

Resumo: Analisamos a realidade dos mutilados por minas terrestres em Angola a partir das reflexões teóricas realizadas nos campos de estudos sobre a história do corpo e sobre as relações entre história e literatura. A partir dessa abordagem, objetivamos investigar os motivos bélicos que levaram a opção por esse tipo de arma, as formas como esses artefatos atingem as suas vítimas, os efeitos da minagem sobre a vida dos sobreviventes e sobre a realidade sócio-econômica angolana, a participação do Brasil no fabrico e no comércio de minas para Angola, assim como a ação do Estado angolano e das organizações governamentais no amparo a esse tipo de mutilado de guerra.

Palavras-Chave: corpo, mutilado, Angola

Abstract: We analyze the reality of the mutilated ones for terrestrial mines in Angola from the theoretical reflections carried through in the fields of studies on the history of the body and the relations between history and literature. From this boarding, we objectify to investigate the warlike reasons that had taken the option for this type of weapon, the forms as these devices reach its victims, the effect of the minagem on the life of the survivors and the Angolan partner-economic reality, the participation of Brazil in the production and the commerce of mines for Angola, as well as the action of the Angolan State and the governmental organizations in the support to this mutilated type of of war.

Word-key: body, mutilated, Angola.

Flanar pelas ruas de Luanda ou de outras cidades de Angola é ter de se deparar com de mutilados por minas terrestres. Essa “experiência” multiplicada “da amputação”, o “espetáculo” de corpos decepados, a empatia pela profundidade dos traumas e dos sofrimentos soma-psíquicos inscreveram “a desfiguração e a vulnerabilidade” dos corpos “no coração da cultura perceptiva” angolana (Courtine, 2008b: 304).

Ao refletir sobre essas realidades, temos de levar em conta a existência onipresente da dor, “uma perturbação do sistema sensitivo”, cuja experiência é, em toda sua extensão, inefável, permanecendo sua posse mais plena naquele que sofre, tendo, por isso, uma dimensão basal subjetiva. A dor, ao se cronificar, torna-se estruturadora da vida, sendo que as formas pessoais como se praticam esse padecimento e a maneira como a escutam e a veem no outro, participam da construção da identidade pessoal e sociocultural (Corbin, 2008b:329 - 330). Através da dor ora sentida, ora relatada, ora observada, podemos construir, uma história do sofrimento que, de várias formas, se coletiviza.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História (UERJ).

Escrever uma reflexão social que aborde os mutilados pressupõe encontrar pessoas vivas de carne e osso, situadas em seus corpos, aos quais a materialidade impede de deixá-los, constatando que o eu “existe somente encarnado; nenhuma distância pode se constituir entre ele e o corpo”. Esses seres viveram a experiência do corpo transcendendo, na deformidade, o eu, já que não o conseguiu através da morte. Experimentaram como seus corpos podiam ser colocados no lado obscuro da decadência. A dor da mutilação, muitas vezes, apresentava-se como uma inimiga interior, uma opressão, uma continuidade da devastação fundante. Construir uma história dessa dor tem como corolário narrar “uma história do corpo, propriamente dito”, pois, nele, o sofrimento se acha inscrito, modelando a memória.

Ao interrogarmos como se inscreveram as deformidades nos corpos dos mutilados angolanos, temos de nos situar no cruzamento do individual com o social, onde a dor é uma construção sociopolítica, e questionar o porquê esses corpos foram arruinados por mecanismos de guerra, pelos quais somos coletivamente responsáveis.

O estranhar porque esses corpos foram assim “des/cons/truídos”, os motivos que os fizeram passar por isso e quem isso lhes ocasionou, leva-nos a um refletir sobre os modos de fazer monstruosidades neles. Todo esse questionar conduz-nos à uma incursão pela história recente de Angola, desde a guerra colonial iniciada em 1961, quando o governo colonialista português e os movimentos de luta - a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), a União pela Libertação Total de Angola (UNITA) - semearam por quase todo o território, as minas terrestres, esses bulbos de destruição. Apesar da independência ser conquistada em 1975, a luta intestina pelo controle do Estado nacional prosseguiu entre esses três movimentos. Desse modo, a minagem continuou a ser feita, então, com apoio dos cubanos, aliados do MPLA; dos sul-africanos e dos marroquinos, solidários com a UNITA; dos zairenses comparsas da FNLA. Só as tropas da África do Sul colocaram 2 milhões de minas durante suas incursões em Angola, entre 1976 e 1988 (Comitê, [2000]; Minter, 1994:26 e 144).

Com o plantio dessas sementes bélicas de sofrimento, Angola tornou-se um dos países mais minados do mundo, tendo, por volta de 1999, 11 milhões de habitantes e 8 milhões de minas espalhadas em seu território, havendo, portanto, quase uma mina para cada cidadão angolano à espera de uma inesperada compressão (Swart, 2003:21).¹ Uma loteria de terror fácil de acertar...

Tão grande é a significação social dos mutilados que foram erigidos em tipo social na

¹ Segundo Catarino (2006:105), haveria o total de 15 milhões de minas espalhadas em Angola.

literatura de Pepetela, nas páginas de *Predadores*, irrompe um amputado pelas minas. Ele é um tal Simão Kapiangala, sargento das FAPLA, herói de guerra nos combates contra os sul-africanos em suas incursões em Angola e naqueles que precederam ao Acordo de Lusaka, de 1994, instaurador da breve paz entre o Governo da República de Angola (GRA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), visando permitir um funcionamento regular das instituições resultantes das eleições de 1992. Simão nasceu na província do Bié que, juntamente com Huambo, Moxico, Huíla, Benguela, Cuando-Cubango e Malange - zonas de grande densidade populacional -, onde a guerra colonial e civil, sendo intensas, propiciaram um maior número de lesados (Pepetela, 2005:223, 229-230; Swart, 2003:21).

A utilização desse tipo de artefato bélico nas pugnas angolanas recentes foi estimulada por várias razões, dentre elas, seu baixo preço - em torno de três dólares - seu pequeno tamanho, a facilidade de utilização e, principalmente, pelo estrago econômico que ocasiona durante e após a guerra. Se um soldado morto custa um saco de plástico preto e uma etiqueta, um ferido por uma mina precisa de dois outros para removê-lo, sangue para transfusão, enfermeiros, médicos para amputar-lhe os membros, dentre outras necessidades. Ademais, nesse fato, há um prejuízo psico-social incomensurável, que não toca o gélido coração dos estrategistas: carregar uma mutilação a vida inteira, passar o resto da existência sem uma parte perdida de si. Um simples momento, uma amaríssima ignorância ao pisar ou tocar um chão. Oh! Quão maldita foi a terra naquele único e inesquecível instante em que o mundo para e o caos instala-se na vida de um indivíduo!

A guerra não apenas destrói durante a sua efetivação, mas perdura dentro dos corpos de muitos que, ativa e passivamente, direta ou indiretamente dela participaram. A surpresa deceparadora das minas cortam vidas e partes de seres humanos, marcando toda sua existência. Mesmo finda a guerra civil, os angolanos terão de lidar até hoje com danos às suas vidas devido às minas espalhadas em grande parte de seu território, constituindo essa realidade um entrave crucial à recuperação econômica e social, ao reassentamento populacional, assim como uma ameaça à felicidade individual de cada nacional. Ou seja, na medida em que as estradas, os caminhos e as terras aráveis estão permeados desses grãos de aniquilamento, viver torna-se perigoso, mesmo realizando atividades pra a manutenção da vida quotidiana, tais como o apanhar pedras para construir o alicerce de sua casa, o catar lenha no mato ou quando se colhe algum alimento na plantação. Algumas áreas, aparentemente inatingíveis, próximas às escolas, aos mercados, aos centros médicos e aos barrancos dos rios, muitas vezes, estão também minadas. Para acrescer o perigo, a miséria de grande parte da população angolana acarreta a procura de alimentos até em locais extremamente minados.

Ao nos depararmos com os atingidos por essas armas, passamos a querer saber como eles sentiram, vivenciaram as suas penalizações. As minas antipessoais de guerra constituem uma das maneiras mais cruéis de se fazer vítimas, arrebatando braços e pernas e colocando-as numa situação de sangrar até a morte, caso não haja o imediato e apropriado socorro. Ademais, visam, senão matar, aleijar de forma horripilante, tornando-as condenadas a viver para sempre sem uma parte de si, incapacitando-as para diversos tipos de trabalho, trazendo-lhes vulnerabilidades sociais, tornando-as dependentes para sempre de outrem. “Concebidas para serem colocadas sobre o chão ou perto dele”, são “detonadas pela presença, proximidade ou contato de uma pessoa”, não podendo “fazer a distinção entre soldados e civis” e “habitualmente matam ou mutilam severamente as suas vítimas”. A pessoa pode pisar, com a ponta do pé ou com o calcanhar: no primeiro caso, os médicos lhe amputarão apenas da canela para baixo; no segundo, só restará intacta a parte superior da perna, do joelho para cima. Mas pode também tropeçar em um arame invisível que detonará a temida POMZ-2, fabricada na antiga União Soviética, espetada na superfície e não enterrada como as outras minas, espalhando estilhaços a 200 metros de distância, ferindo assim muito mais gente (Rezende Júnior, 1999; cf. Comitê, [2000]; Swart, 2003:20-21; Catarino, 2006:105-6; Courtine, 2008a:487; Corbin, 2008a:8).

Punem cruelmente a curiosidade ou a imprudência natural das crianças, que ao brincarem no campo ou mesmo em outras áreas, pisam ou tocam nessas surpresas de dor ou de morte. Além do custo incomensurável das perdas, “a vitimização de crianças constitui uma ‘drenagem de recursos’ de uma futura sociedade”, reduzindo sua contribuição à família, tornando-se “um peso para” essa. Se as minas atingem os pais, esse fato tem um impacto indireto sobre as vidas dos filhos, pois por sofrerem um certo grau de rejeição social, mutilados perdem frequentemente o emprego (Swart, 2003:20) e, isso influencia inevitavelmente a qualidade de vida de seus dependentes.

São constantes as mulheres expostas a campos minados no trabalho agrícola, na coleta de lenha para cozinha e na busca de água para suas famílias. Conceição Arbana fornece um exemplo das vítimas femininas: em 1996, com 16 anos, ao colher mandioca na província de Kuanza-Norte, perdeu sua perna esquerda. Sem faculdade para medir em toda extensão esse inefável sofrimento, podemos aferir alguns efeitos sociais desse acidente. Uma mulher solteira atingida por uma mina, tem uma grande probabilidade de exercer uma rejeição nos homens casadoiros, além de se tornar incapaz para desempenhar plenamente as atividades sociais e econômicas atribuídas à seu gênero nas sociedades africanas, tais como o cuidado de crianças e o trabalho na agricultura. Portanto, de Conceição Arbana, foram roubadas várias alegrias da

vida, tais como, dançar kizomba² e a coragem de cortejar um possível namorado: afinal, quem vai amar um aleijão? Tão cruel artefato tornou um ato de solidariedade, uma mórbida e dilaceradora atitude: em 1993, Miquirina Jambo, ao ajudar seu primo Félix atingido pelos estilhaços de uma mina, pisou em outra: ele morreu e ela perdeu “apenas” a perna esquerda.

Muitas mulheres, quando não vítimas diretas, o são indiretamente, pois, ante um marido mutilado, têm que assumir, às vezes, como principal agente, o sustento da família (Swart, 2003:20, 21; Rezende Júnior, 1999; Sebastião, Luzia [2005]). Ademais, se um filho é mutilado, precisam ser seu arrimo, enquanto vida tiver.

Alguns, mais que um membro do corpo, perdem vários: Francisco Kaquarta, um cabo do exército, em 1994, com 24 anos, foi atingido por uma mina na província de Benguela, ficando sem as duas pernas, o braço direito e a visão do olho esquerdo. Pôde ver, antes da amputação, seus ossos e tecidos soltos, assim como suas veias penduradas. Simão Kapiangala, uma criação literária de Pepetela, perde as duas pernas e um dos braços em um desses artefatos, quando fazia treinamentos militares. Para dar, através desse personagem, a dimensão da dor dos mutilados pelas minas, Pepetela relata que Simão, ao pisar uma “mina hibernada”, entra em uma “escuridão maior que a noite”. Com o tempo, ele poderia esquecer, por vezes, seu próprio nome ou do médico que o salvou da morte, mas jamais “o que lhe tinha levado as duas pernas”. Simão fora salvo pela competência de um cirurgião cubano numa clara referência do escritor à cooperação de Cuba com Angola nos setores da saúde e militar, muitas vezes, não reconhecida por vários angolanos. Esteve, durante quase um mês, entre a vida e a morte, mas os antibióticos conseguiram travar as infecções constantes, conseguindo assim escapar (Pepetela, 2005:230; cf. 223, 227, 229, 231-233; Médicos, 200).

O medo da guerra, em especial das minas, fazia com que a burguesia angolana procurasse, de todas as maneiras possíveis, que seus filhos não fossem alistados no exército. Em *Predadores*, descreve-se um casal, em junho de 1998, atemorizado pela possibilidade de recrutamento de seu filho pelo exército do MPLA, pois, como militar, ele poderia facilmente morrer ou ficar amputado ao pisar em uma mina. Baseando-se nas redes sociais de influência possuídos pelos estratos burgueses angolanos, tenta contactar um general para livrar o seu “menino” da tropa (Pepetela, 2005:199-200).

Durante os trinta e oito anos da luta dizimadora da população angolana, as minas de guerra produziram em torno de 70 mil mutilados de todas as idades e gêneros, ou seja, um, em cada 415 angolanos, tornou-se um aleijado. Somente entre janeiro e setembro de 1999,

² Kizomba é um gênero musical e de dança angolanos, fruto de uma fusão do semba com o zouk.

ocorreram 350 acidentes com minas, havendo, então, pelo menos um atingido por dia e, às vezes, três. Por volta desse ano, a maioria dos mutilados, cerca de 70%, não eram pessoas diretamente envolvidas com a guerra, mas civis, sobretudo, camponeses, dentre esses, crianças, mulheres e homens jovens (Catarino, 2006:105; Swart, 2003:20).³

Para os decepados, independente de gênero ou geração, resta tornarem-se, vulnerabilizados e inferiorizados, um encargo para a família, ou subsistirem como pedintes em logradouros urbanos, recebendo ora dinheiro, ora comida: Simão Kapiangala, escolheu uma “rua [de Luanda] para seu gabinete de trabalho, onde desafiava os carros mesmo no meio da via” (Pepetela, 2005:234, cf. 233, 226, 235; Stiker, 2008:348-9; Swart, 2003:21-2; Corbin, 2008b:330). Ou, ainda, aquele mutilado encontrado por Roberto Ivens, que ficava parado

no separador central, junto ao semáforo que controla uma das entradas na praça [do Kinaxixe] à espera que os carros parem para lhes bater na porta com os nós dos dedos sobranceiros e para obrigar os motoristas distraídos a abrirem o vidro e a baixarem os olhos para o barulho fantasma (Ivens, 5 jan. 2009).

Muitos desses mendicantes tornaram-se, exemplificado por Simão Kapiangala, um sem teto, uma típica população de rua caluanda. Pepetela torna seu personagem morador em um dos inúmeros abandonados e semidestruídos jazigos de família colonizadoras, que ainda subsistem no cemitério do Alto das Cruzes, em Luanda, onde estão sepultadas pessoas importantes de Angola. Há nesse reportar uma denúncia do grau de vulnerabilidade, no qual esses seres humanos estão situados. Em geral, procuramos esconder o feio, elidir o monstruoso e o chocante, assim, em os *Predadores*, os mutilados escondiam-se quando viam um carro com militares, pois, vez por outra, eram retirados das ruas por policiais militares, sendo levados, como “lixo”, para barracas fora do centro urbano. Lá eram alimentados com ração de combate durante alguns dias, mas, depois, os deixavam com fome: abandonados, voltavam para a cidade (Pepetela, 2005:234).

Em relação à massa dos mutilados, desenvolveu-se um discurso e uma chamada para “a ação social de assistência”, derivada de “um universo de culpa e de obrigações morais”, fruto do “reconhecimento de uma responsabilidade e de uma solidariedade coletiva”, expressa, inclusive, no recurso ao Estado para o pagamento de uma dívida para com os mutilados que pagaram “um pesado tributo socialmente imposto”. Este sentimento, na medida que se propaga, impõe “uma cultura [...] social de reparação”, de compensação pela deficiência, logo, oferecem uma pensão e tentam dar, quando é possível, ao aleijão uma

³ Segundo Rezende, esse número está em torno de 80 mil (Rezende Júnior, 10 nov. 1999).

prótese que substitua o membro amputado, possibilitando-lhe um certo grau de restituição “do lugar social perdido”. Essa cultura de reparação faz Pepetela denunciar que Kapiangala, mesmo sendo ex-militar, não conseguira uma pensão do Estado ou uma casa para morar (Courtine, 2008b:306, 305; cf. Pepetela, 2005:233-4).

Transmitindo a que grau o sofrimento de um mutilado pode chegar, somos notificados da amargura de Simão Kapiangala, acrescida, ao tomar consciência da sua impossibilidade em usar alguma prótese que lhe desse alento. Preferindo a morte, passa a odiar cada vez mais o médico que o salvou o qual intuía que a ingratidão de Simão derivava de seu alto grau de padecimento.

Um mutilado é sempre a impossibilidade de se tornar o que já se foi, enquanto, o ser humano sadio torna-se um paradigma cruel, denunciador da falta, da incompletude, do decepamento de si. Simão sentia-se frustrado por ver militares de corpos inteiros: denúncias vivas daquilo que ele um dia fora. Então, gritava-lhes que ele tinha valor, pois lutara pela pátria! Mas quem reconheceria nele, o antigo militar herói, quem perceberia que os trapos por ele portados eram restos de uma farda que, de tão suja, de verde tornara-se castanho-escuro? Quando a esmolar entre os carros na rua, a sua dor esmagava-o, gritava aos motoristas para atropelá-lo, já que nenhuma mulher lhe queria, perdendo, por tudo isso, sentido a vida. Então, rogando que o matassem, colocava-se para cima dos carros, obrigando-os a fazer desvios pronunciados (Courtine, 2008b:306, 305; cf. Pepetela, 2005:233-4).

Analisar a crueza das deformidades causadas pelas perdas de partes dos corpos dessas vítimas das guerras colonial e civil em Angola, envolve perscrutar como os olhares percorrem esses corpos, em que tipo de visibilidade são percebidos e que tipos de emoções geram em quem os vê. A desfiguração “depende do olhar que se põe sobre ela. Não se acha tanto enraizada no corpo do outro quanto agachada no olhar de quem observa.”, transmuta-se “em um problema de comunicação, uma patologia social de interação” e de “inclusão social”. Em geral, esses deformados inspiram um certo grau de constrangimento, e em alguns casos, um pavor. “A incorporação fantasiada da deformidade” por aquele que contempla “perturba a imagem” de sua “integridade corporal”, ameaçando-lhe “a unidade vital”, passando a sentir em si a ausência de um membro presente. [...] O espectador [...] vai”, ante o mutilado, “perder uma parte de seu corpo, e depois resgatá-la”. Simão Kapiangala, figura dramática, rastejava no meio das ruas de Luanda para esmolar, porém conhecido por muitos motoristas, esses já reservavam, guardados dentro do carro, alguns trocados para ele. Era até respeitado por alguns que o chamavam por “kamba” (Courtine, 2008b: 330; 332, 326; .277-278, cf. 256; Pepetela, 2005:223, 226), ou seja, “amigo”, em idioma quimbundo.

Mas, para muitos “normais”, o grau da desfiguração humana de alguns mutilados suprimia-lhes a humanidade, aproximando-os da monstruosidade, mais apavorante que a própria morte. Por isso, muitas vezes, adota-se, no contato com o mutilado, um evitar de intimidade, expresso no olhar esguelhado, em uma atenção “não polida”, aliviadora do peso do tempo em que se tem de observar o corpo disforme. Ora, se faz isso para evitar o incômodo do desagradável, ora para se passar como natural ante algo que tanto afeta. Talvez, por uma atitude rechaçante ao mínimo contato com esses “restos humanos” ambulantes, um motorista apressado confundiu Kapiangala com um cão, matando-o, por atropelá-lo consecutivamente com as duas rodas (Courtine, 2008b:501, 489, 498, 334-335; Stiker, 2008:348-9; Pepetela, 2005:223, 225-6).

Diante da problemática social e econômica das minas, o governo angolano criou o Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenheiros Explosivos (INAROE) e iniciou o difícil trabalho de desminagem. Para tanto, existem sérias dificuldades. Primeiro, é mais fácil e barato colocar uma mina que removê-la: o livrar-se de uma única – ao preço de 3 dólares – custa nada menos que US\$ 2 mil. Segundo, a desminagem torna-se difícil por existirem mais de 76 tipos distintos desses artefatos em Angola, fabricadas em 22 países diferentes. De 1996 a 1999, o INAROE, com o auxílio de nove ONGs do ramo, só conseguiu retirar pouco mais que 14 mil minas, numa média de 4.700 por ano. Se mantido esse ritmo de remoção, existindo, como admitia o governo, em 1999, 8 milhões de minas enterradas pelo país afora, seriam então necessários 1.700 anos para que se pudesse caminhar despreocupado em solos angolanos. Então, haveria que se investir US\$ 6 bilhões para livrar Angola do flagelo das minas, contudo, por volta de 1999, o INAROE, paradoxalmente, não recebeu nenhuma verba do governo para realizar o seu trabalho. Dificultando o esforço dos trabalhadores no serviço da desminagem, chamados de sapadores, a população pobre retira as estacas com o aviso de “perigo, minas” colocadas em áreas minadas para usá-las como lenha (Comitê, [2000]; Catarino, 2006:100, 105; Rezende Júnior, 1^o nov. 1999).

Os leitores brasileiros deste texto, talvez, concluam que sua temática não se relaciona com o Brasil por não saberem que dezenas de milhares de angolanos foram mortos ou amputados por minas terrestres, produzidas em nossa “pacífica” terra, grande exportadora desse tipo de armamento.

A Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, conhecida também como Tratado de Ottawa, em vigor desde Primeiro de março de 1999, proíbe o “uso de armas, que pela sua natureza não discriminem entre civis e combatentes ou causem sofrimentos desnecessários ou ferimentos

supérfluos”. Esse tratado foi ratificado pelo Estado brasileiro em 30 de abril de 1999, apesar de, pelo menos, até 2001, não ter ainda adotado uma legislação nacional que regulamentasse os artigos 7 e 9 do mesmo (Comitê, [2000]; cf. Guimarães, 2001).

Por tudo acima exposto, esse texto torna-se mais um libelo contra a irracionalidade e desumanidade da utilização de minas antipessoais, instrumento hediondo por atingir indiscriminadamente militares e população civil, inclusive, crianças. Não deveria mais ser possível deixar impunes os agentes ante o que deveria ser considerado um crime de guerra. Além disso, nosso escrever engrossa uma demanda constante por reparação, se é possível remediar o irreparável, daqueles que sofreram mutilações causadas por minas em Angola, seja através de pensões dignas pagas pelo Estado, pela oferta de próteses, assim como através da constituição de quotas afirmativas que lhes garantam direitos ao trabalho.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Dinis Manuel. 1996. Cemitério do Alto das Cruzes de Luanda in **Jornal de Coimbra**. Disponível <<http://www.mediatico.com.pt/luanda/cruz.html>>. Acesso 13 mar. 2009.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Pedaço de mim** (letra de música).

CATARINO, Petra Kátia Amaral. 2006. **Sociedade Civil Angolana. Contributos para a Democracia, Paz e Desenvolvimento**. (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, ISEG. 153 p. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/7017655/Petra-Katia-Amaral-CatarinoSociedade-Civil-Angolana>> Acesso 31 out. 2008.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). [2000]. Convenção de 1997 sobre proibição de minas antipessoal e sobre a sua destruição. Ficha técnica 1-02-2000. Disponível em: <<http://icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/66MHBN>> Acesso 31 jan. 2009.

CORBIN, Alain. 2008a. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (dir.). **História do Corpo**. v. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Vol. dirigido por Alain Corbin. Petrópolis: Vozes, p. 7-10.

CORBIN, Alain. 2008b. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (dir.). **História do Corpo**. v. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Vol. dirigido por Alain Corbin. Petrópolis: Vozes, p. 267-343.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. 2008. Prefácio à História do Corpo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). **História do Corpo**. v. 1: Da Renascença às Luzes. Vol. dirigido por Georges Vigarello, Petrópolis: Vozes, p. 7-13.

COURTINE, Jean-Jacques. 2008a. O corpo inumano. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). **História do Corpo**. v. 1: Da Renascença às Luzes. Vol. dirigido por Georges Vigarello. Petrópolis: Vozes, p. 487-502.

COURTINE, Jean-Jacques. 2008b. O corpo anormal. n: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges.(dir.). **História do Corpo**. v. 3: As mutações do olhar: O Século XX. Vol. dirigido por Jean-Jacques Courtine. Petrópolis: Vozes, p. 253-340.

COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). 1998. falta nome texto **História do Corpo**. v. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Vol. dirigido por Alain Corbin. Petrópolis: Vozes, p. 347-392.

IVENS, Roberto. 2009. A realidade da ficção. **Nos Cus de Judas** (blog). 5 jan. Disponível em: <<http://cus-judas.blogspot.com/2009/01/realidade-da-fico.html>>. Acesso em 4 fev. 2009.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. 2001. Uma mina brasileira o arruinou. **Revista "Mundo e Missão"**, n. 53, p. 34-35, jun. Disponível em <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/atualidmina.htm>> _Acesso em 31 jan. 2009.

MÉDICOS cubanos já trabalham nos arredores de Luanda. Angolabanda, Angola. Disponível em <<http://www.angolabanda.com/?p=80>> Acesso em: 22 jan. 2009.

MINTER, William. 1997. Os Contras do Apartheid. As raízes da Guerra em Angola e Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

PEPETELA. 2005. **Predadores.** Rio de Janeiro: Língua Geral.

REZENDE JÚNIOR, José. 1999. Angola, 38 anos de guerra. [**Jornal do Brasil**] Caderno Especial, 1º de novembro. Disponível em: <<http://www.joserezendejor.br/reportag/angola.htm>> Acesso em: 23 dez. 2008.

SEBASTIÃO, Luzia. [2005] (Entrevista). Jornal de Notícias [s.n.t.] apud **A força da mulher angolana** Disponível em: <<http://www.fesa.org.br/Imprensa/AngolaHoje/2005/Mar-Abr/pag17.htm>> Acesso em 28 jan. 2008.

STIKER, Henri-Jacques. 2008. Nova percepção do corpo enfermo In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). **História do Corpo.** v. 2: Da Revolução à Grande Guerra. Vol. dirigido por Alain Corbin. Petrópolis: Vozes, p. 347-374.

SWART, Maria João. 2003. **The effects of landmines in a rural community in Angola : a case study of Huambo Province.** (Dissertação). Mestrado. Department Sociology, University of Joannesburg. Joannesburg. Disponível em <<http://etd.rau.ac.za/theses/available/etd-05182004-123500/>> Acesso em 2 jan. 2008.